

Nota explicativa que acompanha a proposta de revisão específica do RGIC

A presente nota explicativa visa esclarecer o objetivo e o âmbito de aplicação da proposta de revisão do [Regulamento Geral de Isenção por Categoria](#)¹ («RGIC») com base nos resultados de uma avaliação exaustiva da política em matéria de auxílios estatais, o [balanço de qualidade](#)², e alinhá-la com as revisões de determinadas orientações relativas aos auxílios estatais³. Esta nota acompanha a consulta pública sobre a presente proposta relativa ao RGIC. Esta revisão surge na sequência da revisão do RGIC adotada em 23 de julho de 2021.

Os financiamentos públicos que preenchem as condições aplicáveis aos auxílios estatais definidas no artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE») devem, normalmente, ser notificados à Comissão e aprovados antes da sua aplicação. Os princípios subjacentes às regras da UE em matéria de auxílios estatais visam garantir que as despesas públicas não dão origem a uma concorrência desleal para as empresas que operam no mercado interno da UE. Mais especificamente, estes princípios permitem garantir que o dinheiro público não substitui o investimento privado, serve objetivos políticos gerais e não excede os montantes necessários para atingir esses objetivos. Os Estados-Membros não são obrigados a notificar os auxílios estatais à Comissão, se o auxílio em questão estiver abrangido pelas regras *de minimis* ou preencher todos os critérios pertinentes previstos no RGIC.

As alterações objeto da presente consulta pública visam alterar o RGIC de forma direcionada, a fim de assegurar que este complementa de forma adequada as orientações relativas aos auxílios estatais pertinentes que se encontram, em paralelo, em processo de revisão, e assegurar que as regras são adequadas à evolução tecnológica e do mercado e às novas prioridades da Comissão, em especial o Pacto Ecológico Europeu e a Estratégia Industrial e Digital. Ao simplificar e esclarecer ainda mais estas regras, a alteração irá melhorar a segurança jurídica e facilitar a aplicação pelos Estados-Membros de medidas de auxílio que promovam a transição ecológica e digital, limitando ao mínimo possível as eventuais distorções da concorrência.

Mais concretamente, a proposta consiste em rever o RGIC, a fim de facilitar aos Estados-Membros a aplicação de medidas de auxílio estatal nos seguintes domínios sem notificação prévia:

- Auxílios com finalidade regional;
- Auxílios ao financiamento de risco;
- Auxílios à investigação, desenvolvimento e inovação («I&D&I»);
- Auxílios ao ambiente e à energia.

¹ Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão que declara certas categorias de auxílios compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado, JO L 187 de 26.6.2014, tal como alterado. Note-se que está em curso uma revisão específica do RGIC destinada a facilitar a interação entre as regras em matéria de auxílios estatais e certas regras de financiamento da UE, que deverá estar concluída na segunda quinzena de julho de 2021.

² Publicado em 30 de outubro de 2020, ver: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/2044-Pacote-de-modernizacao-dos-auxilios-estatais-de-2012-orientacoes-relativas-aos-transportes-ferroviarios-e-seguro-de-credito-a-exportacao-a-curto-prazo-balanco-de-qualidade_pt

³ As Orientações relativas aos auxílios à energia e ao ambiente, as Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional, o Enquadramento dos auxílios à investigação, ao desenvolvimento e à inovação e as Orientações relativas ao financiamento de risco.

Esta iniciativa baseia-se, em grande medida, nos elementos de prova e nos dados recolhidos no âmbito do balanço de qualidade da Comissão relativo às regras em matéria de auxílios estatais, em conjugação com a experiência de mercado da Comissão e com a experiência decorrente da sua prática decisória. Dada a sua natureza de medida de acompanhamento das revisões das orientações relativas aos auxílios estatais nos domínios pertinentes, não foi considerada necessária uma avaliação de impacto separada para esta iniciativa.

1. Auxílios com finalidade regional

Na sequência da adoção das Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional («OAR») aplicáveis a partir de 2022, é necessário alinhar a secção relativa aos auxílios com finalidade regional do RGIC, a fim de evitar discrepâncias entre os dois conjuntos de regras. Além disso, é introduzida uma pequena clarificação para excluir dos custos elegíveis para auxílios com finalidade regional os custos de amortização resultantes da utilização de determinados ativos durante o período em que são utilizados para um projeto de I&D&I, uma vez que não se trata de custos de investimento na aceção de auxílios com finalidade regional. Foram igualmente aditadas alterações à secção relativa aos auxílios às pequenas e médias empresas («PME»), uma vez que a definição de investimento inicial é a mesma que para os auxílios com finalidade regional, e para eliminar uma discrepância existente entre as secções relativas às PME e aos auxílios com finalidade regional no que diz respeito aos custos elegíveis.

A presente proposta de alteração do RGIC inclui, em especial, as seguintes alterações:

- Alinhar o âmbito de aplicação setorial dos auxílios com finalidade regional (exclusão da lenhite, inclusão das fibras sintéticas e da construção naval, exclusão do apoio à banda larga e às infraestruturas de investigação no âmbito da secção relativa aos auxílios com finalidade regional, clarificação da definição dos setores dos transportes e da energia).
- Alargar a possibilidade de concessão de auxílios ao funcionamento para prevenir ou reduzir o despovoamento (até agora apenas possível para regiões muito escassamente povoadas) igualmente a regiões escassamente povoadas, em conformidade com a posição adotada nas OAR.
- Ajustar ligeiramente os limiares de notificação para os auxílios com finalidade regional, a fim de clarificar o que são, tendo em conta todas as diferentes intensidades, mas também para permitir limiares mais elevados para as PME que realizam um projeto inferior a 50 milhões de EUR, a fim de evitar que sejam penalizadas pela abordagem do montante de auxílio ajustado, aplicável a projetos de maior dimensão.
- Excluir dos auxílios com finalidade regional os custos relativos a edifícios, terrenos e equipamento, na medida e desde que beneficiem de apoio ao abrigo das regras do RGIC em matéria de auxílios a projetos de I&D&I.
- Alinhar a redação da secção relativa às PME com a relativa aos auxílios com finalidade regional.

2. Auxílios ao financiamento de risco

Os resultados do balanço de qualidade confirmaram que, de um modo geral, as regras em matéria de auxílios estatais para o financiamento de risco aplicadas em 2014 funcionaram

bem, contribuíram para sanar a deficiência do mercado que impedia as PME da UE de atrair o financiamento necessário para poderem crescer e ter êxito, tendo tal sido alcançado sem uma distorção indevida da concorrência. Ao mesmo tempo, é necessário introduzir algumas alterações para facilitar a interpretação e a aplicação destas regras. Por último, a revisão das regras tem igualmente em conta o Pacto Ecológico Europeu e a estratégia industrial (incluindo, por exemplo, um «prémio» para os auxílios ao ambiente, bem como auxílios sob a forma de transferência de direitos de propriedade intelectual para empresas em fase de arranque inovadoras).

Já foi iniciada a revisão das Orientações relativas ao financiamento de risco («RFG»), tendo sido realizada uma consulta pública para reunir os pontos de vista das partes interessadas e dos Estados-Membros. Uma vez que as RFG constituem a base jurídica para a autorização de regimes de auxílio ao financiamento de risco que vão para além do RGIC, ambos os conjuntos de regras estão estreitamente ligados e a coerência entre eles tem de ser assegurada. Esta é a principal razão subjacente às alterações propostas à secção do RGIC relativa aos auxílios para o acesso das PME ao financiamento e às correspondentes definições no capítulo I do RGIC.

Todas as alterações propostas têm por base os elementos de prova recolhidos durante o balanço de qualidade. As alterações propostas às disposições relativas ao financiamento de risco no RGIC estão em consonância com a revisão em curso das RFG. As alterações mais significativas são as seguintes:

- Reestruturar o atual artigo 21.º, dividindo-o em dois artigos: um dedicado aos auxílios ao financiamento de risco através de intermediários financeiros, o outro ao financiamento de risco sob a forma de incentivos fiscais às pessoas singulares que investem em empresas elegíveis. O novo artigo 21.º foi reestruturado para realçar melhor a estrutura em três níveis dos auxílios ao financiamento de risco: por investidores, a beneficiários, através de intermediários financeiros.
- Alterar o critério de elegibilidade que permite que as empresas recebam auxílios ao financiamento de risco de *«sete anos após a sua primeira venda comercial»* para *«dez anos após o seu registo e/ou, no caso de empresas inovadoras, sete anos após a sua primeira venda comercial»*.
 - A alteração para *«dez anos após o seu registo»* tem como objetivo simplificar a aplicação do RGIC, uma vez que o registo de uma empresa tem uma data definida, enquanto a data da primeira venda comercial está sujeita a interpretações diferentes (para as PME elegíveis que não estão sujeitas a registo, pode considerar-se que o período de elegibilidade de dez anos começa quer no momento em que a PME inicia a sua atividade económica quer na data em que é sujeita ao imposto pela atividade económica que exerce).
 - A possibilidade de os Estados-Membros continuarem a utilizar o critério atual correspondente a *«sete anos após a sua primeira venda comercial»* para empresas inovadoras responde às reações recebidas no âmbito da consulta pública sobre as RFG, segundo as quais essas empresas dos setores da biotecnologia, dos cuidados de saúde e da microeletrónica podem ter ciclos de investimento superiores a dez anos. A definição de empresas inovadoras já se encontra prevista no RGIC.

- Clarificar a situação de «extensão da atividade», em que o investimento deve exceder 50 % do volume de negócios anual da PME para que esta possa ser elegível para beneficiar de auxílios ao financiamento de risco: O artigo 21.º faz agora referência a uma «nova atividade económica» em vez do conceito mais técnico de «novos mercados de produtos ou geográficos». Além disso, a proposta prevê um prémio ecológico (o investimento só deve exceder 30 % do volume de negócios anual das PME, em vez de 50 %) para investimentos que melhorem o desempenho ambiental em conformidade com o Regulamento Taxonomia.
- Esclarecer que, para o cálculo do investimento máximo de financiamento de risco por beneficiário, deve ser tido em conta o montante pendente no momento da concessão. Tal permite o reembolso do investimento de financiamento de risco e a receção de novos investimentos, desde que o beneficiário continue a ser elegível.
- Reduzir os limiares mínimos de participação privada em investimentos de financiamento de risco para as regiões assistidas ao abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do TFUE. Esta modulação tem em conta as disparidades no acesso ao financiamento não bancário, incluindo o financiamento de risco entre os Estados-Membros e no seu interior, tendo simultaneamente em conta que a participação privada é uma condição necessária para o auxílio ao financiamento de risco, uma vez que tal assegura o efeito de atração, uma avaliação prudente do risco e uma devida diligência financeira adequada.
- Alargar o âmbito de aplicação do artigo 24.º relativo aos auxílios aos custos de prospeção para identificar empresas elegíveis, a fim de incluir os custos dos estudos de investimento em empresas elegíveis, de modo a enfrentar os desafios no setor do capital de risco para reduzir as assimetrias de informação que afetam essas empresas.
- Alargar o âmbito de aplicação do artigo 22.º relativo aos auxílios às empresas em fase de arranque, de modo a incluir os auxílios sob a forma de transferência de direitos de propriedade intelectual (DPI) de um organismo de investigação onde os DPI subjacentes tenham sido desenvolvidos para pequenas empresas inovadoras que tenham de colocar um novo produto ou serviço no mercado.
- Clarificar na definição que só as entidades privadas podem ser tidas em conta para alcançar a necessária contribuição dos investidores para as medidas de financiamento de risco e que as entidades públicas ou semipúblicas, como os bancos e instituições de fomento nacionais ou as instituições financeiras internacionais, não podem ser tidas em conta para este efeito.
- Incluir na definição de empresas inovadoras (que permite, por exemplo, a duplicação dos auxílios às empresas em fase de arranque ou dos auxílios à transferência de DPI acima referidos) os beneficiários dos fundos do Conselho Europeu da Inovação (CEI) ou do Selo de Excelência do CEI.

3. Auxílios a I&D&I

O RGIC complementa as disposições do Enquadramento aplicável aos auxílios estatais à I&D&I («RDIF»). Estabelece condições de compatibilidade com base nas quais os Estados-Membros podem aplicar medidas de auxílio estatal sem notificação prévia à Comissão. Tal como anunciado no contexto da revisão do RDIF, ao proceder à atual revisão específica do

RGIC, a Comissão incluirá uma alteração específica das disposições pertinentes do RGIC em matéria de I&D&I, em consonância com o que foi proposto para o RDIF, a fim de assegurar a coerência das regras em matéria de auxílios estatais à I&D&I.

Para abordar o acima exposto, as partes revistas do RGIC relacionadas com a I&D&I incluem principalmente as seguintes melhorias específicas:

- Clarificar certos conceitos e definições: Em primeiro lugar, propõe-se clarificar que os «polos de inovação digital», incluindo os abrangidos pelo Programa Europa Digital, podem ser considerados polos de inovação na aceção do RGIC. Em segundo lugar, as definições de atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental devem ser alteradas a fim de clarificar que as atividades de I&D no domínio das tecnologias/soluções digitais estão incluídas. Em terceiro lugar, propõe-se clarificar que as atividades de inovação das PME incluem a adoção de soluções digitais (tais como o apoio a serviços prestados por infraestruturas de investigação, infraestruturas de ensaio e experimentação, polos de inovação ou peritos privados no domínio digital).
- Introduzir uma nova definição e critérios de compatibilidade que permitam o apoio a infraestruturas de ensaio e experimentação — utilizadas predominantemente pela indústria para atividades de I&D, como o desenvolvimento e o ensaio de novas tecnologias — que possam também servir para incentivar investimentos em I&D&I que facilitem a dupla transição. Estes tipos de infraestruturas são também por vezes conhecidos como «infraestruturas tecnológicas».
- Simplificar as condições para a concessão de auxílios a projetos de I&D ao abrigo do artigo 25.º do RGIC, em especial através da proposta de aditamento de possibilidades de utilização de uma abordagem simplificada dos custos para calcular os custos indiretos dos projetos de I&D.

4. Auxílios ao ambiente e à energia

Em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico, propõe-se alargar o âmbito de aplicação do RGIC, alargando o conjunto de medidas isentas de notificação *ex ante* e aumentando os limiares de notificação para medidas em matéria de clima, energia e proteção do ambiente, sempre que objetivamente justificado. O alargamento proposto reflete a prática da Comissão em matéria de aplicação da legislação, tem em conta a evolução tecnológica e do mercado e limita as distorções do mercado e da concorrência, especialmente no que se refere a medidas mais recentes e de maior envergadura. As principais alterações propostas, que estão em consonância com o projeto de revisão das Orientações relativas ao clima, à proteção do ambiente e aos auxílios à energia («CEEAG»), são as seguintes:

Auxílios à proteção do ambiente

- A proposta alarga as possibilidades de os Estados-Membros apoiarem investimentos para a redução das emissões de CO₂, incluindo disposições específicas ao abrigo das quais os auxílios ao investimento para a captura e utilização ou armazenamento de carbono são considerados compatíveis e isentos da obrigação de notificação.
- Introduzir uma nova categoria específica de isenção para os auxílios ao investimento para veículos não poluentes ou com nível nulo de emissões. Além disso, a proposta complementa as disposições relativas aos auxílios ao investimento a favor de

infraestruturas de carregamento e de reabastecimento que foram recentemente introduzidas no âmbito da revisão específica do RGIC que acompanha o QFP 2021-2027, i) alargando o âmbito de aplicação dos auxílios ao investimento a favor de infraestruturas de reabastecimento às que fornecem hidrogénio com baixo teor de carbono, e ii) abrangendo também os auxílios a favor de infraestruturas de carregamento e de reabastecimento que não sejam acessíveis ao público.

- Introduzir um «prémio ecológico» para os auxílios destinados a melhorar o desempenho energético dos edifícios e com vista a incentivar projetos ambiciosos de renovação de edifícios. O prémio aplicar-se-á sempre que as melhorias do desempenho energético conduzam a uma redução significativa da procura de energia primária.
- Alargar o âmbito de aplicação do RGIC a fim de abranger os auxílios ao investimento para a reabilitação de habitats naturais e ecossistemas, a proteção e restauração da biodiversidade e a aplicação de soluções baseadas na natureza para a adaptação às alterações climáticas e respetiva atenuação.
- Alargar o âmbito de aplicação das disposições existentes em matéria de auxílios à reciclagem e reutilização de resíduos, abrangendo também os auxílios ao investimento para outros investimentos, que visam aumentar o nível de eficiência na utilização dos recursos ou contribuir para a transição para uma economia circular.
- Prever que os regimes de auxílio sob a forma de reduções fiscais a favor das empresas com utilização intensiva de energia ao abrigo da Diretiva Tributação da Energia beneficiem de uma isenção por categoria, desde que estes regimes exijam que os beneficiários cumpram condições que garantam um aumento da eficiência energética e dos investimentos em projetos que conduzam a reduções substanciais das emissões de gases com efeito de estufa do beneficiário. Os regimes que não cumpram estas condições não poderão beneficiar de uma isenção por categoria, mas podem ser notificados para serem apreciados ao abrigo das Orientações relativas a auxílios estatais em matéria de clima, energia e ambiente (CEEAG), atualmente em revisão. A Comissão pretende, em especial, recolher observações sobre a introdução destas condições no âmbito da proposta de RGIC.
- Introduzir uma nova categoria de isenção para os auxílios sob a forma de reduções de impostos ou imposições ambientais, que são necessários para certos setores com utilização intensiva de recursos.
- Proporcionar uma maior flexibilidade, prevendo intensidades de auxílio mais elevadas, especialmente quando o auxílio é concedido no contexto de um procedimento de concurso competitivo.

Auxílios a favor da promoção da energia produzida a partir de fontes renováveis

- A fim de aumentar os limiares de notificação tendo em conta, simultaneamente, a redução dos custos das tecnologias maduras e a sua integração no mercado.
- A fim de ter em conta o papel acrescido do armazenamento na integração das energias renováveis no sistema de eletricidade e de harmonização com o projeto de CEEAG, propõe-se que as isenções para os auxílios ao investimento e ao funcionamento para as energias renováveis sejam alargadas de modo a incluir projetos de armazenamento

diretamente ligados a instalações de produção de energias renováveis novas ou existentes.

- A fim de facilitar os investimentos no hidrogénio verde, a alteração proposta abrangerá os auxílios ao investimento a favor de projetos de hidrogénio verde. Os auxílios ao funcionamento a favor de pequenas instalações para a promoção de hidrogénio verde serão igualmente isentos da obrigação de notificação.
- A fim de incluir, em conformidade com a reformulação da Diretiva Energias Renováveis, disposições em matéria de auxílios ao funcionamento a favor de projetos comunitários de energias renováveis, isentando os projetos com capacidade instalada inferior a 1 MW de serem submetidos a um procedimento de concurso.

Auxílios a sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano e a infraestruturas energéticas

- A fim de adaptar as regras em vigor em matéria de apoio aos sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano e às infraestruturas energéticas aos objetivos do Pacto Ecológico, a alteração proposta do RGIC clarifica as regras existentes e alinha-as aos objetivos do Pacto Ecológico, tal como foi feito no Plano de Investimento para uma Europa Sustentável (SEIP)⁴ anexo à comunicação sobre o Pacto Ecológico.
- Além disso, o apoio a investimentos em sistemas de aquecimento urbano baseados em combustíveis fósseis não pode ser considerado elegível ao abrigo do RGIC. Para apoiar os investimentos na produção de aquecimento urbano que utilize gás natural, bem como os investimentos ou a modernização das redes de distribuição, são introduzidas salvaguardas específicas, como o «cumprimento das metas climáticas», a fim de evitar o bloqueio e garantir a concorrência, em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico.
- No que diz respeito aos investimentos em infraestruturas energéticas, é permitido o apoio a infraestruturas energéticas para novas fontes de energia, nomeadamente infraestruturas de hidrogénio. Além disso, é igualmente autorizado o apoio a investimentos não localizados em «regiões assistidas». Por último, o apoio aos investimentos em infraestruturas energéticas para o gás natural tem de ser ajustado para ter em conta os objetivos do Pacto Ecológico e o necessário cumprimento dos objetivos em matéria de clima.

⁴ Comunicação da Comissão — Plano de Investimento para uma Europa Sustentável/Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu, COM/2020/21 final